

STJ00109595

ALEXIS COUTO DE BRITO

EXECUÇÃO PENAL

6ª edição

2020

saraiva  jur



Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Munilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Armanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Breno Lopes de Souza
Josiane de Araujo Rodrigues
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação e revisão Padovan Serviços Gráficos e Editoriais
Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Brito, Alexis Couto de

Execução Penal / Alexis Couto de Brito. – 6. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
616 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1452-3 (impresso)

1. Direito penal 2. Execução penal I. Título.

20-0139

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Execução penal : Legalidade : Direito penal 343.8

Data de fechamento da edição: 20-1-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606156 CAE 722654

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Prefácio à 5ª edição</i>	23
<i>Prefácio à edição original</i>	31
<i>Nota do autor à 4ª edição</i>	33
1. Natureza, objeto e objetivos da Execução Penal	35
1.1. Introdução	35
1.2. Natureza jurídica	38
1.2.1. Jurisdicionalização da execução da pena	40
1.2.2. Ação pública	42
1.2.3. Jurisdição especial	43
1.3. Objeto da execução	44
1.4. Objetivos	46
1.4.1. Fins da pena	46
1.4.2. Fins da execução penal	49
1.5. Jurisprudência selecionada	59
2. Princípios da Execução Penal	63
2.1. Legalidade	63
2.2. Humanidade	65
2.3. Isonomia	66
2.4. Jurisdicionalidade	67

2.5.	Individualização da pena.	67
2.6.	Intranscendência ou personalidade	69
2.7.	Devido processo legal	70
2.8.	Estado de inocência	71
2.9.	Contraditório e ampla defesa.	72
2.10.	Jurisprudência selecionada	74
3.	Evolução histórica	83
4.	Aplicação da Lei de Execução Penal	89
4.1.	Nomenclatura: Direito Penitenciário ou Direito da Execução Penal?	89
4.2.	Fontes positivas da execução penal	91
4.2.1.	Constituição Federal.	91
4.2.2.	Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84)	92
4.2.3.	Código de Processo Penal.	92
4.2.4.	Código Penal	93
4.2.5.	Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos	93
4.2.6.	Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/95).	94
4.3.	Jurisprudência selecionada	94
5.	Sujeitos passivos da Lei de Execução Penal	97
5.1.	Preso provisório	97
5.2.	Condenado	98
5.2.1.	Classificação do condenado	98
5.2.2.	Exame criminológico	100
5.2.2.1.	Origem histórica do exame e análise crítica	103
5.2.2.2.	A falta de exigência legal do exame para progressão.	106
5.2.3.	Periculosidade e agente imputável (criminoso “perigoso”)	108
5.2.3.1.	Identificação do perfil genético do condenado.	117

5.2.4.	Comissões de classificação	122
5.2.4.1.	Comissão Técnica de Classificação (CTC)	122
5.2.4.2.	Comissão junto ao juízo da execução .	122
5.2.5.	Beneficiário de “sursis”	122
5.2.6.	Libertado condicionalmente	123
5.2.7.	Crime político	123
5.2.8.	Crime militar	123
5.2.9.	Crime eleitoral	124
5.2.10.	Crime de competência federal	125
5.3.	Submetido à medida de segurança.	127
5.4.	Prisão civil.	127
5.5.	Prisão administrativa.	128
5.6.	Egresso	128
5.7.	Estrangeiro	129
5.7.1.	Transferência de estrangeiros para cumprimento da pena em seus países.	130
5.8.	Indígena	133
5.9.	Participante de acordo de não persecução penal	133
5.10.	Jurisprudência selecionada	134
6.	Assistência ao preso.	145
6.1.	Assistência material.	145
6.2.	Assistência à saúde	148
6.3.	Assistência jurídica	151
6.4.	Assistência educacional	152
6.5.	Assistência social.	155
6.6.	Assistência religiosa.	158
6.7.	Assistência ao egresso	159
6.8.	Auxílio-reclusão	161
6.9.	Jurisprudência selecionada	163

7.	Trabalho	169
7.1.	Finalidades	169
7.2.	Regras	173
7.3.	Remuneração e outros direitos.	173
7.4.	Remição.	178
7.5.	Trabalho interno	179
7.6.	Trabalho externo	179
7.7.	Casos excepcionais	182
7.7.1.	Lei das Contravenções Penais.	182
7.7.2.	Crime político	182
7.7.3.	Submetido à medida de segurança	182
7.8.	jurisprudência selecionada	183
8.	Deveres	187
9.	Direitos	191
9.1.	Direitos constitucionais fundamentais.	194
9.1.1.	Quanto à pena	195
9.1.2.	Quanto à prisão	196
9.1.3.	Quanto ao preso condenado.	197
9.2.	Direitos das Constituições estaduais	199
9.3.	Direitos da Lei de Execução Penal	207
9.3.1.	Proteção da imagem do condenado	209
9.3.2.	Lazer	209
9.3.3.	Visitas.	209
9.3.3.1.	Visita virtual	211
9.3.3.2.	Visitas íntimas.	212
9.3.4.	Entrevista pessoal e reservada com advogado.	216
9.3.5.	Entrevista com o diretor.	218
9.4.	Restrição dos direitos.	219
9.5.	Direitos retirados.	220
9.6.	Direitos suspensos.	221

9.6.1.	Direitos políticos	221
9.6.2.	Direito de dirigir	225
9.7.	Direito de fugir?	225
9.8.	Transporte	227
9.9.	Sigilo de correspondência	227
9.10.	Jurisprudência selecionada	232
10.	Disciplina	237
10.1.	Tipicidade e anterioridade da infração	238
10.2.	Competência disciplinar	241
10.3.	Faltas graves	242
10.4.	Faltas médias e leves	246
10.5.	Sanções	248
10.6.	Uso de algemas	251
10.7.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	255
10.7.1.	RDD e política criminal	264
10.8.	Recompensas	267
10.9.	Procedimento e aplicação das sanções	268
10.10.	Prescrição da sanção administrativa	270
10.11.	Classificação da conduta carcerária e reabilitação administrativa	271
10.12.	Jurisprudência selecionada	273
11.	Órgãos do sistema de Execução Penal	281
11.1.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)	282
11.2.	Departamentos penitenciários	283
11.2.1.	Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)	283
11.2.2.	Departamentos Penitenciários Locais	285
11.3.	Conselho penitenciário	286
11.4.	Juízo da execução	288

11.4.1.	Lei posterior	289
11.4.2.	Extinção da punibilidade	290
11.4.3.	Soma ou unificação das penas	291
11.4.4.	Progressão ou regressão de regime	293
11.4.5.	Detração e remição	294
11.4.6.	Suspensão condicional da pena (“sursis”)	295
11.4.7.	Livramento condicional	296
11.4.8.	Saídas temporárias	296
11.4.9.	Cumprimento, conversão e fiscalização da pena restritiva de direitos	296
11.4.10.	Medida de segurança	297
11.4.11.	Remoção para outra unidade da Federação	298
11.4.12.	Inspeção e interdição dos estabelecimentos penais	299
11.4.13.	Formação do Conselho da Comunidade	299
11.4.14.	Atestado de pena a cumprir	299
11.4.15.	Incidentes da execução	300
11.4.16.	Zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança	300
11.5.	Ministério Público	301
11.6.	Patronato	303
11.7.	Conselho da Comunidade	305
11.8.	Defensoria Pública	308
12.	Estabelecimentos penais	311
12.1.	Classificação e separação	311
12.2.	Instalações especiais	314
12.3.	Local	316
12.4.	Lotação. Vagas	318
12.5.	Estabelecimentos em espécie	320
12.5.1.	Penitenciárias comuns e de segurança máxima (regime fechado)	320

12.5.2. Penitenciárias com Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	322
12.5.3. Penitenciárias federais de segurança máxima	323
12.5.4. Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru)	326
12.5.5. Colônia Penal Agrícola, Industrial ou similar (regime semiaberto)	326
12.5.6. Casa do Albergado (regime aberto)	328
12.5.7. Centro de Observação Criminológica	330
12.5.8. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	331
12.5.9. Ambulatório	332
12.5.10. Cadeia pública	332
12.5.11. Centro de Detenção Provisória	333
12.6. A iniciativa privada	333
12.7. Jurisprudência selecionada	336
13. Execução das penas privativas de liberdade	341
13.1. Execução provisória	342
13.2. Pena privativa de liberdade	346
13.3. Guia de recolhimento ou guia de execução (antiga carta de guia)	348
13.4. Liquidação das penas	352
13.5. Prisão especial	355
13.6. Regimes	357
13.6.1. Regime fechado	361
13.6.2. Regime semiaberto	362
13.6.3. Regime aberto	362
13.6.4. Regime aberto domiciliar	364
13.6.5. Progressão	366
13.6.6. Regressão	379
13.7. Remição	384
13.7.1. A remição pelo trabalho	385
13.7.2. A remição pelo estudo	388
13.7.3. Procedimento de declaração da remição	390

13.7.4. Perda dos dias remidos	391
13.8. Detração	393
13.9. Autorizações de saída	396
13.9.1. Permissão de saída	396
13.9.2. Saída temporária	398
13.9.3. Perda do direito à saída	403
13.9.4. Recuperação do direito à saída	404
13.10. Alvará de soltura	405
13.11. Jurisprudência selecionada	406
14. Execução das penas restritivas de direitos	429
14.1. Código Penal	431
14.1.1. Prestação pecuniária	432
14.1.2. Perda de bens e valores	434
14.1.3. Prestação de serviço à comunidade ou a entida- des públicas	435
14.1.4. Interdição temporária de direitos	436
14.1.5. Limitação de fim de semana	439
14.2. Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/2019)	441
14.3. Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90)	441
14.4. Código de Trânsito (Lei n. 9.503/97)	442
14.4.1. Suspensão ou proibição de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.	443
14.4.2. Multa reparatória	444
14.5. Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98)	446
14.5.1. Prestação pecuniária	447
14.5.2. Prestação de serviços à comunidade	447
14.5.3. Interdição temporária de direito	447
14.5.4. Suspensão de atividades	447
14.5.5. Recolhimento domiciliar	448
14.5.6. Pessoa jurídica	448
14.6. Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/2003)	449
14.7. Lei de Falência (Lei n. 11.101/2005)	450

14.8. Aplicação e execução	451
14.9. Suspensão da execução das penas restritivas.	454
14.10. Prescrição	455
14.11. Jurisprudência selecionada	455
15. Execução da pena de multa	457
15.1. Valor	458
15.2. Pagamento	459
15.3. Não pagamento	462
15.4. Suspensão	462
15.5. Execução	462
15.6. Prescrição	464
15.7. Transcendência da pena de multa	465
15.8. Jurisprudência selecionada	465
16. Medida de segurança	469
16.1. Aplicação	471
16.2. Espécies.	472
16.3. Prazo	474
16.4. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável	475
16.5. Execução	475
16.6. Cessação da periculosidade	476
16.7. Desinternação ou liberação condicional	477
16.8. Extinção da medida de segurança	478
16.9. Tratamento médico da Lei n. 11.343/2006	479
16.10. Jurisprudência selecionada	479
17. Suspensão condicional da execução da pena (sursis).	483
17.1. Período de suspensão	484
17.2. Requisitos	485
17.3. Concessão	486

17.4. Crimes hediondos	487
17.5. Fixação das condições	488
17.6. Condições em espécie	489
17.6.1. <i>Sursis</i> simples	489
17.6.2. <i>Sursis</i> especial	489
17.6.3. <i>Sursis</i> etário	490
17.6.4. <i>Sursis</i> humanitário	490
17.7. Registro e averbação	491
17.8. Perda de eficácia	491
17.9. Fiscalização	492
17.10. Revogação	493
17.10.1. Revogação obrigatória	493
17.10.2. Revogação facultativa	494
17.11. Prorrogação do período de prova	496
17.12. Extinção	497
17.13. Jurisprudência selecionada	497
18. Livramento condicional	501
18.1. Requisitos	502
18.1.1. Pena mínima igual ou superior a 2 (dois) anos	503
18.1.2. Cumprimento mínimo da pena	503
18.1.2.1. Livramento condicional simples ou ordinário	503
18.1.2.2. Livramento condicional especial ou qualificado	505
18.1.2.3. Livramento condicional extraordinário	505
18.1.3. A soma das penas como base de cálculo para o livramento	506
18.1.4. Bom comportamento, ausência de falta grave e bom desempenho no trabalho	507
18.1.5. Aptidão para autossustentação	507
18.1.6. Reparação do dano	508
18.1.7. Presunção de não reincidência	509

18.2. Gravidade do crime	510
18.3. Procedimento para a concessão	510
18.4. Condições	514
18.4.1. Obter ocupação lícita	515
18.4.2. Comunicação periódica da ocupação	516
18.4.3. Prévia autorização para mudança de comarca	516
18.4.4. Autorização para mudança de endereço	517
18.4.5. Recolhimento à habitação em hora fixada	517
18.4.6. Proibição de frequentar determinados lugares	517
18.4.7. Outras condições	517
18.5. Acompanhamento	517
18.6. Suspensão	518
18.7. Revogação	520
18.7.1. Revogação obrigatória	520
18.7.2. Revogação facultativa	521
18.7.3. Cálculo da pena após a revogação	522
18.8. Interrupção do prazo	522
18.9. Prorrogação	523
18.10. Cumprimento da pena em livramento condicional	524
18.11. Jurisprudência selecionada	524
19. Monitoramento eletrônico	529
19.1. Possibilidades técnicas	530
19.2. O monitoramento como pena	531
19.3. Regime fechado e monitoramento	532
19.4. Prisão preventiva e monitoramento	533
19.5. O monitoramento na Lei de Execução Penal	534
19.6. Regulamentação	535
19.7. Jurisprudência selecionada	537
20. Incidentes na execução	539
20.1. Conversões	540

20.1.1.	Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	540
20.1.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	542
20.1.2.1.	Prestação de serviços à comunidade	543
20.1.2.2.	Limitação de final de semana	545
20.1.2.3.	Interdição temporária de direitos	545
20.1.3.	Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	546
20.1.4.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	549
20.1.5.	Conversão das penas pecuniárias	549
20.2.	Excesso ou desvio	549
20.3.	Anistia	550
20.4.	Indulto	553
20.5.	Graça (indulto individual)	562
20.6.	Comutação da pena	564
20.7.	Delação premiada	565
20.8.	Remição	570
20.9.	RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)	570
20.10.	Unificação de penas	570
20.11.	<i>Novatio legis in mellius</i>	571
20.12.	Jurisprudência selecionada	571
21.	Procedimento judicial	577
21.1.	Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal	577
21.2.	Código Penal e Lei de Execução Penal	579
21.3.	Rito processual	579
21.4.	Recursos	581
21.4.1.	Agravo em execução	581
21.4.2.	Recurso em sentido estrito	584

21.4.3. Carta testemunhável	584
21.4.4. Correição parcial	584
21.4.5. Embargos infringentes	585
21.5. Mandado de segurança	585
21.6. Revisão criminal	585
21.7. “Habeas corpus”	585
21.8. Jurisprudência selecionada	586
22. Reabilitação	593
22.1. Natureza	593
22.2. Competência	594
22.3. Objeto e alcance	594
22.4. Requisitos	596
22.5. Procedimento	597
22.6. Revogação	599
22.7. Recursos	600
22.8. Jurisprudência selecionada	600
<i>Bibliografia</i>	603